

Quem apóia o Plano Brady *Divida ext.*

O embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, arriscou-se muito, certamente, ao afirmar que no quadro do Plano Brady o Brasil, já neste ano, poderá reduzir, em oito bilhões de dólares, a sua dívida externa. Mais ainda quando se sabe que pouco antes o subsecretário do Tesouro, David Mulford, anunciou que os primeiros a se beneficiar do programa seriam a Venezuela e o México (*et pour cause...*), enquanto o Brasil, que acabava de fechar um acordo com os bancos, não teria o mesmo interesse em suspendê-lo para tentar sua chance no esquema — ainda distanciado da realidade — apresentado pelo secretário do Tesouro do governo de Washington.

David Mulford não é um dos melhores amigos do Brasil no governo norte-americano, mas sabe muito bem que o Plano Brady não passa, por ora, de uma hipótese. Até agora o projeto não recebeu a chancela do presidente George Bush, que se mostra sensível às críticas do presidente do *Federal Reserve* (banco central dos EUA) sem ter, ademais, a certeza de que encontrará apoio maciço por parte do Congresso, e não apenas de alguns dos seus membros.

É interessante notar, todavia, que o Plano foi muito bem recebido pelos países industrializados. A França e o Japão, ambos esquecendo-se de que, até o momento, Nicolas Brady vinha manifestando repulsa aos seus planos — aliás bem aproximados daquele que ora apresenta —, o estão apoiando.

Mais interessante, porém, é o respaldo dado ao projeto pelos 12 ministros da Fazenda da Comunidade Econômica Européia, que emitiram, nesse sentido, um comunicado. Aparentemente, todas as condições se completam para que o Plano seja apresentado na próxima reunião do Comitê Interino do FMI e do Banco Mundial, a realizar-se em abril em Washington.

Entretanto, apenas os que não conhecem os mecanismos dos organismos criados na Conferência de Bretton Woods podem imaginar que decisão tão revolucionária possa ser adotada num encontro. Na realidade, admite-se, no máximo, que os *boards* das duas instituições serão convidados a fazer propostas concretas, as quais, na melhor das hipóteses, estarão concluídas em setembro, para apresentação à reunião do Comitê Interino. Somente a partir daí po-

derão surgir decisões como a de elevar as quotas do FMI e aumentar o capital do Banco Mundial, propostas que, por sua vez, deverão ser formuladas aos Congressos dos países-membros, o que exigirá, pelo menos, seis meses...

Partimos da hipótese de que todos os países industrializados venham a aceitar proposta tão radical, que exige maioria qualificada (80%) do FMI. Mas ainda que tudo corra bem, dentro dessa liturgia, não se pode esquecer que nada será decidido ainda, uma vez que o Plano Brady está prevendo a adesão voluntária dos bancos comerciais. Ora, já se observam resistências por parte da comunidade financeira. A primeira vem do *Federal Reserve* não muito entusiasmado diante da eventualidade de uma nova criação de liquidez internacional. O próprio BIS (banco central dos bancos centrais) está alertando quanto aos problemas de liquidez. Mas são os interessados diretos, os bancos credores, que comecem a lembrar que poderão concordar, dependendo das condições, em reduzir, através do sistema de desconto, seus ativos, embora isso não venha a favorecer muito os países devedores, aos quais não se

concederá dinheiro novo por muitos anos...

Convém aos devedores preparar-se para certa resistência por parte dos bancos comerciais, os quais, podendo participar de uma primeira fase do Plano, certamente se negarão depois, ainda mais do que agora, a dar sua contribuição através de novos empréstimos, o que é porém essencial. Cumpre ainda aos devedores não alimentar a ilusão de que as cotações dos seus títulos no mercado secundário serão mantidas no quadro do Plano Brady. No momento em que as recompras de dívidas aumentarem, podemos ter a certeza de que o deságio diminuirá. Por outro lado, é oportuno lembrar que a dívida que poderá ser objeto do Plano Brady, desde que este se transforme em realidade, não será a total mas apenas uma parte dela (a longo prazo com os bancos e, mesmo assim, parcialmente).

O Plano Brady deveria ser para os países endividados uma oportunidade para que, reconhecida a necessidade de redução do estoque da dívida, se proponham fórmulas mais imaginosas que, especialmente, permitam um fluxo positivo de recursos.